

03/06/2022

APEOESP

43

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

PROFESSORES REAFIRMAM CONSTRUÇÃO DOS COMITÊS DE LUTA

Em defesa da educação, dos serviços públicos e dos direitos do funcionalismo e da população

Comitês em cada subsede reunirão entidades, sindicatos e movimentos

NA PAUTA, A LUTA POR:

Revogação dos ataques do neoliberalismo – creches e pré-escolas para todos – defesa dos serviços públicos – plano estadual para o funcionalismo – fim do confisco – não ao subsídio e resgate da carreira – reajuste já e outras reivindicações

Secretaria de Comunicação

Reunidos na Praça da República na tarde de sexta-feira, 3 de junho, professoras e professores de todo o estado de São Paulo referendaram as decisões do Conselho Estadual de Representantes (CER) realizado pela manhã.

Calendário aprovado para o próximo período

JUNHO/JULHO - organização de comitês sindicais de luta em todas as subsedes, de forma articulada com sindicatos, entidades e movimentos da região, envolvendo também estudantes, juventude, pais e mães.

- As subsedes devem agendar os lançamentos dos comitês de forma local ou em atividade da macro ou agrupando diversas subsedes.
- Datas, horários e locais devem ser informados à Sede Central.
- Os comitês devem desenvolver um calendário de atividades nas cidades de cada região, dialogando com a categoria, com o funcionalismo, com os trabalhadores e toda a população.
- Elaborar documento (plataforma) que será levada aos candidatos ao governo estadual, cobrando deles compromisso com as propostas e reivindicações ali colocadas.

JULHO – participação de delegação da APEOESP na CONAPE – 15, 16 e 17 de julho.

JULHO/AGOSTO - realizar encontros regionais dos comitês sindicais de luta.

AGOSTO – realizar encontro estadual dos comitês sindicais de luta.

AGOSTO - realizar uma grande marcha estadual em defesa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores e da população.

- Realizar no período manifestações nas Diretorias de Ensino e assembleias regionais em defesa da nossa pauta.

ATÉ SETEMBRO – realizar reunião do CER (poderá ser convocada a qualquer momento, caso a Diretoria da entidade considere necessário).

Queremos mobilizações nacionais

A APEOESP atuará junto às centrais sindicais pela convocação de um dia nacional de luta contra o desemprego, carestia, miséria, em defesa dos direitos da classe trabalhadora e contra a guerra. Da mesma forma, atuará junto à CNTE para que seja convocado um dia nacional de luta contra os cortes de recursos da Educação, frente às ameaças de Bolsonaro.

Organizar e lançar os comitês regionais

A organização de comitês sindicais de luta em todas as subse-des, de forma articulada com sindicatos, entidades e movimentos da região, envolvendo também estudantes, juventude, pais e mães é fundamental para enfrentarmos os desafios da conjuntura e lutarmos pelas reivindicações da população, do funcionalismo e da nossa categoria.

As subsedes devem agendar os lançamentos dos comitês de forma local ou agrupando diversas subsedes. Datas, horários e locais devem ser informados à Sede Central.

Os comitês devem desenvolver um calendário de atividades nas cidades de cada região, dialogando com a categoria, com o funcionalismo, com os trabalhadores e toda a população, incluindo o engajamento de todos nós na luta contra a carestia, que vem castigando o povo brasileiro, sobretudo as camadas mais pobres.

Vamos cobrar compromisso dos candidatos ao governo

Está na nossa pauta a elaboração de um documento (plataforma) que será levado aos candidatos ao governo estadual, cobrando deles compromisso com as propostas e reivindicações ali colocadas. Uma primeira proposta foi distribuída às entidades que participaram do lançamento

do Comitê Estadual Sindical de Luta, à Diretoria e subsedes da APEOESP e está aberto a contribuições.

Encontros e marcha estadual

Em julho devem ser realizados os encontros regionais dos comitês sindicais de luta, preparatórios ao encontro estadual, a ser realizado em agosto. Em todo esse período, conscientizar e mobilizar nossa categoria e a população de forma geral é fundamental para a conquista das reivindicações e para as mudanças estruturais necessárias no estado de São Paulo e no Brasil.

Da mesma forma a realização de uma grande marcha estadual em defesa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores e da população se inscreve nessa mesma perspectiva.

Em defesa da vida

Frente à alta significativa dos casos de Covid entre a população e nas escolas estaduais, a luta em defesa da vida volta a assumir prioridade emergencial. Devemos pressionar o governo pela retomada dos protocolos sanitários em todas as escolas estaduais.

Na sexta-feira, 3 de junho, a APEOESP havia contabilizado 830 casos da doença em 116 escolas estaduais. Este levantamento vem sendo divulgado diariamente por meio de nossas redes sociais e enviado aos meios de comunicação, que têm repercutido nossas informações.

Revogação das reformas neoliberais

Lutar pela revogação das contrarreformas neoliberais é também uma prioridade dos comitês de luta, pois essa é uma condição necessária para que o nosso país possa voltar ao caminho do desenvolvimento com redistribuição de renda e justiça social. Assim, devemos intensificar a mobilização pela revogação da Emenda Constitucional 95 (teto de gastos), reforma da previdência e reforma trabalhista, entre outras.

Confisco salarial de aposentados e pensionistas tem que acabar!

Os comitês regionais e o Comitê Estadual Sindical de Luta devem assumir a luta pela revogação do confisco salarial dos aposentados e pensionistas, um dos maiores ataques já feitos contra o funcionalismo público. Devemos exigir do governador Rodrigo Garcia a revogação deste confisco, assim como que os deputados estaduais unifiquem e aprovelem as iniciativas legislativas para acabar com essa injustiça.

Plano estadual para o funcionalismo

Faz parte da pauta dos comitês lutar por um plano Estadual do Funcionalismo Público, para valorizar os servidores e melhorar a qualidade e o acesso da população aos serviços públicos.

Pelo fim da farsa do PEI e todos os programas excludentes

Interromper o processo de desmonte da Educação pública estadual e de recuperação dos direitos educacionais de nossas crianças e jovens com o fim do PEI (Programa de Ensino Integral). Trata-se de um projeto eleitoreiro, uma farsa que não oferece qualidade e trabalha com um currículo rebaixado, ao mesmo tempo em que exclui estudantes trabalhadores, oprime e explora os professores, provoca a desestruturação da rede, falta de professores e superlotação das classes nas demais escolas da região. Exigimos a contratação de mais professores e o fim dessa política de exploração e assédio.

Reafirmamos que a reforma do ensino médio tem que ser revogada, assim como a farsa do velho “novo” ensino médio no estado de São Paulo. É necessário um projeto educacional para a juventude, política de Estado que garanta seus direitos educativos.

O projeto de lei da chamada “educação domiciliar”, aprovado pela Câmara dos Deputados, precisa ser rejeitado pelo Senado. A APEOESP

está desenvolvendo uma campanha neste sentido, enviando mensagens a todos os senadores e senadoras.

A Resolução SEDUC 26/2022 tem que ser revogada. Ela não oferece as condições para a recuperação do conhecimento não acessível durante a pandemia e discrimina os estudantes com mais dificuldade de aprendizagem.

APEOESP defende a realização de um mutirão na rede estadual, que permita a todos os estudantes a recuperação do conhecimento não ensinado durante o período da pandemia.

PEE tem que ser cumprido

Queremos o cumprimento integral do Plano Estadual de Educação, bem como a construção massiva de mais creches e pré-escolas, para que nossas crianças possam ter uma vida escolar sólida desde a base.

Saúde para todos

A luta pelo direito à saúde, para a população e para o funcionalismo, passa pelo fortalecimento do IAMSPE. Que o governo cumpra sua cota parte de 3% para o IAMSPE, por mais qualidade e ampliação do atendimento e pela Instituição do conselho de administração paritário no Instituto.

Violência não!

Frente a notícias frequentes de casos de violência nas escolas, entre outras medidas, devemos exigir do Estado a contratação de mais funcionários concursados, mais professores mediadores e uma política de prevenção à violência nas unidades escolares.

Pela revogação do subsídio, resgate da nossa carreira e valorização salarial e profissional

A lei complementar 1374/2022 é um ataque frontal à nossa carreira e aos nossos direitos. Ela precisa ser revogada e devemos receber de

volta todos os nossos direitos, por meio do resgate da nossa carreira com retomada da comissão paritária.

Sem valorização dos profissionais da Educação, não existe ensino de qualidade. O reajuste salarial de 33,24%, relativo ao piso salarial profissional nacional é nosso direito, na perspectiva da implementação da meta 17 dos Planos Nacional e Estadual de Educação. A aplicação real e correta da jornada do piso também é uma das condições para que nossas escolas estaduais possam oferecer a educação que os filhos e filhas da classe trabalhadora necessitam.

Já passou da hora de acabar a contratação precária e escravagista dos professores temporários (categoria O). A este expressivo segmento da nossa categoria devem ser garantidos os mesmos direitos dos professores da categoria F até que haja concursos. E exigimos: concursos públicos já!



ASSÉDIO MORAL

É CRIME!

No PEI e em todas as escolas

DENUNCIE!

PROCURE SUA SUBSEDE

APEOESP
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
FILIADA **CNE** E **CEUT**

www.apeesp.org.br

f y t i